

Contratos para pagar a dívida

por Paulo Totti
de Toronto

Com menos pompa e circunstância do que quando a dívida estava sendo construída na década de 70, o Brasil e os bancos comerciais assinaram ontem, em Toronto, Canadá, os contratos que estabelecem os mecanismos de como pagá-la até o ano 2023.

Segundo o ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o acordo discretamente firmado no salão bege do Four Seasons Hotel "é suportável" para as condições da economia brasileira "e, portanto, será honrado". William Rhodes, presidente do grupo de 19 bancos que representam os interesses de oitocentos outros espalhados pelo mundo, disse que, "quando completado", o acordo representará o fim da crise internacional da dívida, iniciada em agosto de 1982, quando o México anunciou a sua situação de insolvência reproduzida em cadeia na maioria das demais economias latino-americanas.

"Contamos com o ministro Cardoso e (o presidente do Banco Central) Pedro Malan para completar esse trabalho", afirmou Rhodes, referindo-se às etapas necessárias para que o acordo entre em vigor em 15 de abril de 1994: a aprovação pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) do plano de estabilização da economia brasileira e a emissão pelo governo americano dos títulos do Tesouro — "zero coupon bonds" — que servirão de garantia para o pagamento da dívida em trinta anos.

O ministro manifestou confiança de que essas etapas serão completadas dentro do previsto, "pois a programação econômica que está sendo implantada pelo governo não precisa de muitas coisas para ser considerada correta pelo FMI".

(Continua na página 19)

A família Dart, que não aderiu ontem ao acordo da dívida externa brasileira, disse que continua a pedir que seus créditos de cerca de US\$ 1 bilhão com o Brasil sejam trocados por bônus de capitalização, sem garantias, mas com juros progressivos fixos que chegam a 8% no sétimo ano. "Estamos firmes; os Dart são investidores de longo prazo", disse um porta-voz da família.

Contratos para pagar a dívida

por Paulo Totti
de Toronto
(Continuação da 1ª página)

Satisfeita esta exigência, explicitamente prevista nos contratos ontem assinados, "já ouvi do secretário do Tesouro (dos Estados Unidos) o compromisso de que os títulos para garantias serão emitidos", disse Cardoso. William Rhodes e Fernando Henrique foram os únicos oradores de uma cerimônia que não teve brindes com champanhe ao final.

Rhodes lembrou em discurso que as tentativas de renegociação da dívida começaram no outono de 1983, quando o Brasil era representado pelo ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, e pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore — "que permanecem importantes no Brasil de hoje". Cardoso também fez lembranças e homenageou Luis Carlos Bresser Pereira, terceiro ministro da Fazenda no governo José Sarney, a quem pela primeira vez ocorreu a idéia de securitização da dívida, através da procura de mecanismos que assegurassem o seu pagamento de acordo com a capacidade do País. A idéia, na época, foi considerada inexecutável e agora, segundo Cardoso, ela se concretiza através da concordância dos bancos em reduzir parcela importante do montante da dívida. De imediato, está assegurado um abatimento de US\$ 4,3 bilhões, que podem chegar a US\$ 7 bilhões, dependendo do comportamento das taxas de juro nos próximos anos.

PRIMEIRO DESEMBOLSO

Os dezenove bancos que tomaram assento à mesa principal na cerimônia de ontem — Citibank, Morgan, Lloyds, Arab Bank Corporation, Português do Atlântico, Bank of America, Bank of Montreal, Bank of Tokyo, Bankers Trust, Chase Manhattan, Chemical, Commerzbank, Crédit Lyonnais, Deutsche, Midland, Mitsubishi, Société Générale, Swiss e União de Bancos Suíços — representam em torno de 45% dos US\$ 52 bilhões da dívida renegociada (US\$ 35 bilhões de capital com os bancos estrangeiros, US\$ 6,9 bilhões com agências de bancos brasileiros no exterior, US\$ 3,8 bilhões a serem transformados em novo empréstimo, de acordo com uma das seis alternativas de opção oferecidas aos credores; e US\$ 6,3 bilhões de juros atrasados). Trinta e cinco por cento dos US\$ 35 bilhões devidos aos bancos estrangeiros serão pagos com bônus de desconto — discount bonds, que dão direito a um abatimento de 35% no total de dívida. O prazo de pagamento é de trinta anos e será feito com a compra dos cupons do Tesouro — primeira parcela de US\$ 2,8 bilhões, seguida de três outras, semestrais, em torno de US\$ 550 milhões cada. Os juros serão variáveis: Libor mais 0,81% anuais.

Quando a reunião começou, às 11h15, as procurações para a assinatura das três vias de cada contrato atingiam 80% de adesões dos credores. "Enquanto discursávamos, o número de procurações já chegou a 89% do total da dívida e esperamos terminar o dia com mais de 90%", anunciou, voltando ao microfone um sorridente Bill Rhodes, para quem esta quantidade de adesões, no primeiro dia, é inédita nos processos de renegociação da dívida. Espera-se que entre 95 e 96% das assinaturas — elas podem ser por procuração, mas o procurador terá de vir a Toronto para registrá-la — sejam obtidas dentro de, no máximo, três semanas. A expectativa é de que somente a família Dart — que possui cerca de US\$ 1,4 bilhão em títulos adquiridos no mercado secundário — ficará de fora. Os bancos têm interesse de aderir imediatamente, pois dez dias depois de assinados os contratos de 90% da dívida esta começará a ser paga.

ETAPA DA REESTRUTURAÇÃO

O primeiro desembolso é pequeno, em torno de US\$ 150 milhões, relativo a parte dos juros que, com consentimento mútuo, deixou de ser paga entre janeiro e julho de 1992, enquanto a dívida era renegociada durante o governo Fernando Collor. Esse pagamento depende do aval do FMI e das garantias do Tesouro dos EUA e é, por enquanto, a única etapa da reestruturação que não está condicionada.

As outras modalidades de pagamento são:

- "Par bonds" (bônus ao par) sem redução do principal, que exigirá também garantias, mas com juros fixos anuais que vão de 4% no primeiro ano a 6% a partir do sétimo. Esta deverá ser uma opção de 35% do total da dívida.

- "Capitalization bonds" (bônus de capitalização) sem garantias, mas com prazo de vinte anos e juros fixos progressivos que chegarão a 8% no sétimo ano.

mo ano. Esta é a opção provável de 19% do total da dívida (é a preferência também da família Dart, que, por ser única, não foi aceita pelo governo brasileiro).

- "Front loaded interest reduction bond" (FLIRB), pagamento em quinze anos, carência de nove e juros fixos de até 5% nos primeiros seis anos e variáveis depois (Libor mais 0,812% anuais). Preferência de 5,5% dos credores.

- "New money combined with conversion bonds" (dinheiro novo). Pagamento em até dezoito anos, com até de carência, juros variáveis (Libor mais 0,875%). Opção de 5 ou 6% dos credores.

- "Debt conversion bond", título que pode ser utilizado no programa de privatização brasileiro. Opção provável de 6,2% dos detentores da dívida.

Em entrevista, mais tarde, o ministro Fernando Henrique disse que os compromissos assumidos com os credores poderão ser honrados pelo Brasil, sem colocar em risco seu desenvolvimento. "Foi o que sempre defendemos", disse. No seu discurso, Cardoso afirmou também que o que sempre foi considerado uma dor de cabeça para os administradores do Brasil transformou-se agora em mecanismo para novos investimentos no País. "Queremos mais negócios", disse o ministro aos banqueiros.

Pedro Malan, presidente do Banco Central, disse a este jornal que não considera aberto um novo ciclo perverso de endividamento, pois agora os recursos externos serão canalizados para áreas produtivas e não utilizados para acertar as contas públicas, como aconteceu no passado.

"PAÍS SE REENCONTRA"

Em entrevista, o ministro Cardoso colocou a negociação externa num nível tão importante para os destinos brasileiros como as mudanças que o governo está pleiteando na política interna. O ministro, que surpreendeu os jornalistas

com a primeira notícia da prisão do notório Paulo César Farias em Bangcoc, disse que a atual negociação da dívida externa foi feita com total transparência e aprovação do Congresso (os senadores José Fogaça, PMDB-RS, e Esperidião Amin, PPR-SC, acompanharam-no em sua viagem a Toronto). "É um processo de mutação de comportamento da sociedade brasileira, que vai além do combate à corrupção, para representar o País se reencontrando consigo mesmo." Para o ministro, houve um pacto entre a ditadura e a oligarquia brasileira — responsável pela má utilização dos recursos da dívida e também pelo aproveitamento do Estado em benefício de interesses privados — que só agora começa a ser desmontado. Suas propostas ao Congresso de ordenamento das finanças do governo incluem-se nesse processo de purgação e renovação.

MINISTRO NEGA CANDIDATURA

O ministro negou que pretenda utilizar o Fundo de Emergência para fins eleitorais — "não sou fisiológico nem bobó" — e, mais uma vez, afirmou que não é candidato a presidente da República. "Se o presidente Itamar desejar, continuarei no ministério para executar o plano de estabilização. Não iria, com uma candidatura, prejudicar talvez o sucesso do plano. E, também, não sacrificaria o plano em benefício de uma eventual candidatura, pois não gostaria de ser um presidente maquiado."

ESTADOS UNIDOS — O secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Mike Espy, viaja hoje para Bruxelas para manter conversações sobre o Gatt, informa a agência Reuters, de Washington. Circularam rumores na Europa de que a Comunidade Europeia e os Estados Unidos haviam feito progresso em torno da dissolução de suas divergências sobre os mercados agrícolas.